

Edição pública nas universidades e nos municípios: alguns desafios na atualidade

JOÃO MANUEL NUNES TORRÃO*

Este volume da *Revista da Universidade de Aveiro – Letras* é, de forma mediata, o feliz resultado do trabalho de muita gente, quer nos municípios, quer nas universidades, e, de forma imediata, acolhe uma parte substancial dos textos apresentados em dois colóquios dedicados aos estudos editoriais.

O primeiro, intitulado «Edição municipal: percursos e desafios», realizou-se no dia 7 de maio de 2013, na Póvoa de Varzim, numa parceria organizativa do município desta cidade, através da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, e do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, através da direção do seu Mestrado em Estudos Editoriais. Este volume acolhe cinco dos contributos que aí foram apresentados, após as necessárias reformulações.

O segundo, intitulado «Imprensa Universitária: desafios atuais», decorreu no dia 24 de outubro de 2013, na Universidade de Aveiro, e foi organizado em conjunto pelo Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, também através da direção do Mestrado em Estudos Editoriais, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, pelas Edições Universidade Fernando Pessoa e pela Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior. São também cinco os contributos aí apresentados que chegaram a este volume.

Apesar da diminuição dos últimos anos, originada pela fortíssima crise que afetou todo o país e que, por razões óbvias, se refletiu de maneira muito mais acentuada nos produtos culturais, a edição portuguesa continua a apresentar números muito interessantes.¹

* Diretor do Mestrado em Estudos Editoriais do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e membro do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da mesma universidade.

¹ Veja-se a este propósito um estudo muito recente (está datado de setembro de 2014), intitulado «Comércio livreiro em Portugal. Estado da Arte na segunda década do século XXI», que foi elaborado para a APEL por José Soares Neves (coord.), Rui Beja, Jorge Alves dos Santos e Jorge Augusto dos Santos.

Neste grupo global, assume particular posição a edição pública e, dentro desta, a edição universitária e a edição municipal. A este nível, há até alguns indicadores que apontam para valores superiores a 50% do total, na soma destes dois tipos de edição.

Como é óbvio, embora haja aspetos e problemas que são comuns a estes dois grupos, há também especificidades que individualizam cada um destes ramos, sem esquecer, evidentemente, as características específicas que envolvem esta atividade em cada município e em cada universidade em particular.

Nesta altura, há, desde logo, um problema que, apesar de ter gerado situações complicadas a estes tipos de edição, acabou também por servir para a procura de novas soluções, que, de algum modo, levaram à criação de novas dinâmicas.

Estou a referir-me à diminuição acentuada das verbas disponíveis em termos imediatos que levou, como disse, a novas soluções engenhosas e isso fez com que, em alguns casos, o número de edições já tenha começado a aumentar.

É comum também a estes dois tipos de edição a problemática da edição em suporte papel *versus* edição em suporte digital e, neste aspeto, as comunidades municipais continuam a ter uma clara preferência pela edição em papel – ainda que, de forma pontual e em casos específicos, já se vá apostando também no suporte digital –, enquanto as comunidades universitárias estão a avançar de forma clara para uma aposta mais forte na edição em suporte digital, sem prejuízo de, muitas vezes, a opção editorial se concretizar só em suporte papel ou nos dois suportes em simultâneo.

Esta diferença é facilmente explicável – ou, pelo menos, assim o consideramos – pelas características específicas destes dois mundos com particular relevância para a composição do público-alvo. De facto, a edição municipal destina-se, prioritariamente, a um público que, no seu conjunto, ainda não é um utilizador muito habitual do mundo digital, enquanto a edição universitária procura atingir um público que, em princípio, dispõe de uma muito maior capacidade a este nível.

Às vezes, se calhar com um pouco de má-língua, também se costuma apontar outro fator que terá vindo a influenciar uma aposta maior dos municípios na edição em papel: trata-se da consabida preferência dos autarcas pela realização de obras palpáveis e visíveis que possam servir de lembrete de obra feita, quando chegar a altura das próximas eleições.²

² A um nível diferente, mas que é, de algum modo relacionável, é conhecido o dilema de alguns autarcas, aquando da realização de redes de esgotos e de água potável já que,

A aposta nos suportes digitais por parte do mundo universitário tem vindo também a ser potenciada pelas diretivas emanadas da tutela que, na prática, obrigam a que tudo o que for financiado por dinheiros públicos tenha de ficar disponível em acesso livre e, como é óbvio, a maneira mais fácil e barata de o fazer é recorrendo ao suporte digital.

Este aspeto acaba por se cruzar com uma outra problemática que afeta, sobretudo, a edição universitária já que, na edição municipal o problema se coloca em termos bastante diferentes: trata-se da questão dos direitos de autor que, com muitas soluções intermédias, anda, frequentemente, a oscilar entre a proteção dos direitos individuais de quem é o autor de uma obra e a defesa das prerrogativas que, cada vez mais, vão assumindo as entidades que, de forma direta ou indireta, assumem os encargos financeiros dessa mesma obra ou mesmo, no caso do mundo universitário e de acordo com alterações legislativas recentes, a defesa das entidades que guardam as obras, como é o caso das bibliotecas.

Um outro problema comum – e dos grandes – é a distribuição. De facto produz-se muito, mas a distribuição, no sentido geral do termo, é praticamente inexistente. Na verdade, até agora, nem os municípios nem as universidades conseguiram resolver de forma minimamente satisfatória este problema, apesar de, já há vários anos, se virem a apontar hipóteses de solução e, de vez em quando, se tenha mesmo avançado para algumas soluções que, tendo resolvido alguns problemas, nunca foram, no entanto, nem globais nem permanentes.

Esta situação é ainda agravada algumas vezes por um problema existente a montante. De facto, neste momento, é muito difícil (e, em alguns casos, impossível) ficar a conhecer os catálogos globais quer dos municípios, quer das universidades.

Na verdade, no caso dos municípios, apesar da existência da Associação Nacional de Municípios Portugueses não nos é possível aceder a um catálogo geral de toda a edição municipal.

No caso das universidades, o problema está parcialmente resolvido através da Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior que disponibiliza

apesar da mais que evidente mais-valia para as populações, estas realizações começam por trazer problemas complicados de circulação nos arruamentos em que se concretizam e, depois da obra feita, tudo fica enterrado e escondido da população, potenciando o seu fácil esquecimento.

*online*³ um catálogo das entidades associadas, ainda que, não englobe os catálogos das entidades não associadas e os catálogos parciais estejam, por vezes, incompletos.⁴

Em alguns casos, o problema começa dentro das próprias unidades constitutivas destes universos já que, por vezes, se torna muito problemático, para não dizer impossível, aceder ao catálogo global de algumas instituições, seja qual for o suporte considerado.⁵

Apesar da individualidade de cada instituição e de, em muitos aspetos, haver até uma concorrência direta, julgamos, – porque, no fundo, se trata da divulgação de conhecimento –, que todos teriam a ganhar (com particular realce para os leitores), se fosse possível um acordo entre as várias instituições que levasse à criação desse catálogo geral e, neste aspeto, temos de felicitar a Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior pelo que já conseguiu realizar, desejando que o caminho encetado se vá completando e aperfeiçoando.

Outro problema comum é, em termos gerais, a falta de pessoal habilitado para o desempenho do trabalho editorial. Na verdade, cada entidade vai tentando resolver o seu problema com ‘a prata da casa’ – e, em alguns casos, apesar de continuar a ser da casa, não é de prata que se trata, mas antes de ouro –, quando, neste momento, há uma quantidade assinalável de profissionais altamente habilitados para estas funções. Estou a falar, naturalmente, sem, de modo algum, pretender excluir outros profissionais, dos mestres em estudos editoriais pela Universidade de Aveiro que estão disponíveis para a realização destes trabalhos, quer venham a ser contratados para essas funções (e todos conhecemos as dificuldades de contratação existentes nesta fase), quer realizem o seu trabalho em regime de *freelancer*.

A este propósito é possível ver a evolução do trabalho realizado e a experiência acumulada através da consulta dos relatórios dos estágios curriculares realizados pelos nossos alunos em variados locais e situações e, neste âmbito específico, permito-me sublinhar os estágios realizados na Imprensa da

³ http://www.apees.pt/catalogo_editoras.htm.

⁴ Em consulta realizada em 25.09.2014, verificámos, por exemplo, que o catálogo referente à Universidade de Aveiro – http://www.wook.pt/product/facets/fsel/8070/tipo/0?palavra_s=Universidade+de+Aveiro – é mais pequeno do que o que esta instituição disponibiliza na sua página – <http://cms.ua.pt/editora/>.

⁵ Deve assinalar-se o esforço, relativamente recente, que, nomeadamente, algumas universidades têm feito para disponibilizarem, de forma concertada e num único local, o seu catálogo global.

Universidade de Coimbra e na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto da Póvoa de Varzim, por se enquadrarem na edição universitária e na edição municipal.

Ao falarmos de edição universitária e de edição municipal, estamos, na realidade, a falar de coisas que têm algo em comum, nomeadamente o financiamento através de dinheiros públicos com a correspondente responsabilidade social de trazer algumas mais-valias para a sociedade, mas estamos também a falar de coisas que se enquadram em âmbitos diferentes.

Na verdade, a edição universitária tem, necessariamente, de privilegiar a produção científica e a divulgação da ciência a públicos específicos e especialistas, mas também a públicos mais gerais, para já não falar nas componentes internas e externas de comunicação que cada universidade entende privilegiar.

Em termos de produção científica, é ponto sem discussão, neste momento, a publicação de estudos avaliados pelos pares. Mas, em contrapartida, todos somos confrontados com a obrigatoriedade de publicação nos repertórios institucionais de tudo o que é produção, independentemente de a sua qualidade ser maior ou ser menor. Na verdade, sem qualquer crivo e, pior do que isso, sem qualquer indicação de qualidade, tanto vai para o repertório institucional para ficar disponível para todos uma dissertação de mestrado que seja aprovada com dezanove valores, como uma outra que, no limite, tenha sido aprovada com dez. Ora, como é óbvio, salvo qualquer anomalia no processo, estaremos a falar de níveis de qualidade absolutamente distintos e a esse aspeto não é dada em momento algum qualquer visibilidade.

Já a edição municipal privilegia, muitas vezes, a memória e a identidade locais bem como a defesa do património e tem como primeiros destinatários os habitantes locais, entenda-se aqui os que nasceram e vivem no município, mas apresenta também como destinatários pelo menos três outros grupos particularmente relevantes:

1. as pessoas que nasceram no município, mas depois foram viver para outro lado – e aqui têm particular relevo os que estão na diáspora, em variados outros países, mas nunca cortaram as suas raízes: para estes as edições municipais podem funcionar quase como um cordão umbilical que continua a levar-lhes o alimento natal;

2. as pessoas que, não tendo nascido no município, para aí vieram viver: neste caso, este tipo de edições, ao consolidar a memória e a identidade locais, poderá servir de facilitador na sua integração;

3. finalmente, todo o grupo de estudiosos ou simples curiosos da história local para quem fica disponível uma quantidade enorme de material que potenciará o seu conhecimento e o seu estudo.

Convém não esquecer que, muitas, vezes, só a edição municipal, neste âmbito específico da memória e da identidade locais, permite retirar do olvido uma parte substancial da história local, garantindo, de forma segura, a sua transmissão às gerações vindouras.

Foram todas estas problemáticas (e ainda outras que aqui não referimos) que mereceram alguma abordagem nos colóquios acima referidos, ainda que nem todas apareçam em letra de forma neste volume. De facto, por impossibilidades diversas, algumas das intervenções acabaram por não serem passadas a escrito e, como consequência, não puderam ser aqui publicadas.

Importa ainda apresentar de forma pública um agradecimento penhorado a todos aqueles que, de algum modo, permitiram que estes dois colóquios se realizassem e que estes textos viessem a lume neste volume:

em primeiro lugar, a todos os conferencistas e, de forma redobrada, aos autores que conseguiram, algumas vezes com grande sacrifício, organizar e enviar os textos em tempo útil;

depois, aos nossos parceiros na organização destes eventos: ao Município da Póvoa de Varzim, via Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, com o trabalho incansável do Dr. Manuel Costa; à Imprensa da Universidade de Coimbra na pessoa do seu diretor, Doutor Delfim Leão; às Edições Universidade Fernando Pessoa na pessoa da sua coordenadora na altura, Dr.^a Ágata Rosmaninho e à Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior.

Por último, uma palavra de gratidão ao Departamento de Línguas e Culturas, na pessoa do seu Diretor, Doutor Carlos Morais, que disponibilizou os meios necessários à realização dos dois colóquios e à edição deste volume e ainda à diretora da *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, Doutora Ana Maria Ramalheira, por ter acolhido neste número os textos dedicados a esta temática.

Atendendo à fase transitória da implementação do novo acordo ortográfico, foi dada a cada autor a possibilidade de utilizar a norma ortográfica que mais lhe agradasse.